

## TRABALHO

# Alckmin sai em defesa do fim da escala 6x1

Vice-presidente evita falar em datas, mas diz acreditar que a pauta será aprovada pelo Congresso em razão da necessidade de adaptação ao desenvolvimento tecnológico

» RENATO SOUZA  
» ESPECIAL PARA O CORREIO

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, afirmou, na manhã de ontem, que a redução da jornada de trabalho “é uma tendência mundial”. Ele fez as declarações durante evento do programa Carro Sustentável, em uma concessionária no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), em Brasília. Alckmin participou da inclusão de dois novos modelos de veículos no programa. Ele preferiu não falar em datas para que a pauta seja apreciada no Parlamento. No entanto, declarou que acredita que a proposta será aprovada, mas com algumas condições.

“É uma tendência mundial. No mundo inteiro a tecnologia permite fazer mais com menos gente. Então é natural no mundo todo uma redução da jornada de trabalho. O presidente Lula respondeu bem essa questão. Ele disse que não pode tratar todo mundo igual. Há setores que têm especificidades. É uma tendência chegar à redução da jornada de trabalho, mas é necessário ver a especificidade de alguns setores”, afirmou Alckmin.

O vice-presidente citou ações do governo para baratear veículos e outros itens de consumo da população. “15 bilhões de crédito para capital de giro e para investimento para empresas exportadoras que estão na sessão 232 dos Estados Unidos. Também empresas estratégicas, de saúde, farmacêuticas, vão receber 15 bilhões”, disse.

Renato Souza/CB/D.A. Press



Vice-presidente participou da inclusão de dois novos modelos de veículos no programa Carro Sustentável

Ele citou que o programa Carro Sustentável é parte do Mover (Mobilidade Verde e Inovação) — o programa do governo zera o IPI de carros mais leves e econômicos fabricados no Brasil, movidos a energia limpa e que atendam a requisitos de reciclabilidade e segurança veicular. Com a medida, a redução dos preços dos chamados carros de entrada chegou, em alguns casos, a R\$ 13 mil.

Alckmin negou que as medidas sejam parte de uma tentativa de aumentar o apoio ao governo, tendo em vista a realização das

eleições em outubro deste ano. “Nenhuma destas medidas está sendo feita pensando nas eleições. O programa Carro Sustentável existe desde o ano passado”, finalizou.

## Guerra

O vice-presidente comentou também a guerra entre os Estados Unidos, Israel e o Irã. Ele destacou que o Brasil está adotando as medidas necessárias para reduzir os impactos do conflito na economia nacional. Uma das

ações é o subsídio para evitar aumento no preço do diesel.

“A questão do petróleo é a guerra. Não temos poder de acabar com a guerra. No mundo inteiro subiu o preço do petróleo. Isso tem impacto na inflação. O governo tirou o imposto do diesel”, ressaltou. “Além disso, ainda dá um subsídio. Fez um apelo aos estados para fazer uma subsversão. O governo federal entra com 60 centavos, e o estado, com 60 centavos. E é algo transitório, por 60 dias. Esperamos que a guerra termine nestes dois meses”, acrescentou.

## Devedor contumaz

Quase três meses após a sanção da lei que cria a figura do **devedor** contumaz, o governo regulamentou a medida. Voltada a empresas que deixam de pagar tributos de forma recorrente e intencional, a norma foi publicada em portaria conjunta da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Aprovada em dezembro pelo Congresso, a lei do devedor contumaz foi sancionada em janeiro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto, precisava ser regulamentada para entrar em vigor.

O objetivo da nova normatização é combater práticas em que empresas deixam de pagar tributos deliberadamente para obter vantagem competitiva ou viabilizar esquemas ilícitos.

Investigações recentes apontam que esse modelo pode envolver uso de empresas de fachada, rotatividade de CNPJs e até lavagem de dinheiro, especialmente em setores como combustíveis.

A portaria publicada na sexta-feira detalha critérios de enquadramento, prazos de defesa e penalidades para contribuintes considerados inadimplentes habituais. A medida também busca diferenciar empresas em dificuldade financeira de casos com indícios de fraude.

Na prática, a classificação atinge companhias com dívidas elevadas e recorrentes, que superam o patrimônio declarado e permanecem em atraso por vários períodos.

### Como funciona

Dívida mínima de R\$ 15 milhões com a União; débito superior a 100% do patrimônio; atraso por 4 períodos consecutivos ou seis alternados em 12 meses; processo começa com notificação formal. Os prazos são de 30 dias para pagar, negociar ou apresentar defesa; 10 dias para recorrer, em caso de negativa. Recurso pode não suspender punições em casos graves.

## Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

## 7 a 1 o tempo todo

Ao convocar economistas do governo para reclamar da queda de sua popularidade e cobrar solução, o presidente Lula abriu o flanco para uma discussão que se faz necessária e já tarda, inclusive pela oposição, se houvesse gente sagaz ou preparada. Como habitual aos incumbentes, a culpa é dos outros — no caso, dos endividados e inadimplentes, cujos números desanimam qualquer ânimo eleitoral.

A oportunidade era para pôr em causa a exaustão do crescimento da economia à base de crédito, transferências de renda e expansão dos gastos públicos sem correspondência com o aumento orgânico do PIB, o produto do país, especialmente da manufatura mais tecnológica.

Era questão de tempo a corda da sensação de bem-estar esgarçar em resposta ao acúmulo de dívida das famílias, sobretudo com cartão e crédito consignado, espalhando-se pela inadimplência de serviços semi-obrigatórios e mal monitorados como luz, condomínio, as taxas invisíveis no crediário, gastos médicos e com veículos, manutenção do imóvel próprio ou alugado, dados de celular e um vasto etc. Assim estamos, tornando o drama político e eleitoral, apesar de a política se mostrar distante, em geral por absoluto despreparo.

Lula atribuiu ao endividamento recorde dos brasileiros, assim como à inadimplência (dívidas vencidas e não pagas acima de 90 dias), a razão do desempenho fraco ou estagnado de indicadores como a taxa de aprovação de 45,9% no último AtlasIntel, contra 53,5% dos que o desaprovam, 49,5% de avaliação ruim/péssimo do governo, rejeição de 53,5% (em alta desde janeiro). No recorte de 16 a 24 anos, sua rejeição atingiu 58,6%. Noutras pesquisas, os dados se assemelham.

Faz sentido apontar o sufoco financeiro das pessoas como uma das razões, talvez a maior, do sentimento de que desse modo não se vai longe. É 7 a 1 o tempo todo. Os números impressionam, mas, apesar disso, um raro consenso entre os próximos a Lula é que as dívidas devem ser aliviadas para voltar a ativar o crédito ao consumo.

Mas como fazer isso, se o endividamento chegou a 80% da população adulta em fevereiro, o maior nível da série histórica iniciada em 2010, 81,3 milhões de pessoas estão com contas atrasadas há mais de 90 dias, o pagamento de dívidas absorve 29% da renda mensal?

## PIB gordo e bolso magro

O relativo sucesso do desempenho econômico dos últimos 20 anos é a causa mais aguda do paradoxo. Se o PIB cresce, o desemprego é o mais baixo na medição do IBGE, a renda salarial sobe à frente da inflação, por que o eleitor está resabiado com o governo?

O economista Fernando Montero se propôs a esclarecer esse enigma, e a resposta aponta para o modelo populista em que o consumo é o eixo que move a política econômica, e o desenvolvimento, que desde a ascensão do neoliberalismo em meados dos anos 1970 nos EUA caiu em desgraça entre os letrados, virou só retórica de esquerda.

Tome-se o custo da cesta básica em São Paulo. Nos quatro anos do governo Bolsonaro, ela subiu 67,8%, enquanto nos três anos e dois meses do Lula-3 cresceu apenas 7,8%. O indicador da Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias, calculado pelo Banco Central, subiu 18% no último triênio, quase tanto quanto nos dez anos anteriores.

Trata-se, diz Montero, de um agregado de renda superior à metade do PIB. À primeira vista, só há fatos bons para o eleitor. O PIB do agro avançou 25% nos três primeiros anos de Lula-3, mais que em qualquer outro triênio móvel das últimas três décadas.

Montero também destrinchou os 23 anos da série do IBC-BR, medida do PIB que indica tendências da economia antes dos resultados das contas nacionais do IBGE. Nos 12 anos de governos Lula (1, 2 e 3), a economia, por tal métrica, cresceu 51,4%. Nos 11 anos de Dilma, Temer e Bolsonaro, cresceu 3%.

Então, do que reclama o eleitor?

## O Leão ataca os fracos

A resposta é fundamental para o futuro imediato da economia, de 2027 a 2030. Este será o quadriênio de transformações aceleradas da produção, das relações sociais e da geopolítica, puxadas pela inteligência artificial. Nada na próxima década será como é hoje.

O candidato e seu partido sem tais respostas nem deveriam tentar a cadeira presidencial ou a liderança das casas legislativas. Para tentarem habilitar-se, precisarão ter outro caminho para o PIB, hoje movido por asteroides de transferências e crédito, e antes de tudo endeusar o grave problema das dívidas tornadas impagáveis.

O presidente reuniu para tratar do endividamento toda a equipe da Fazenda e até o presidente do BC, Gabriel Galípolo, mas ao não ter na sala também o titular da Receita Federal expôs inadvertidamente a pouca familiaridade com o tema. Pelos dados da Serasa, havia no fim de dezembro 8,9 milhões de empresas inadimplentes, acumulando cerca de R\$ 213 bilhões em dívidas, boa parte de impostos, muitas afundadas pela derrocada de grandes grupos nos últimos meses.

O grosso desses CNPJs é de micro e pequena empresa, para as quais as entidades empresariais dão pouca atenção. Afundaram na pandemia e não mais se recuperaram plenamente. Suas dívidas fiscais pesam mais que as bancárias e estão sendo cobradas em ações na Justiça pela procuradoria da Fazenda Nacional, com correção pela Selic de agiota, multas, e ameaça de confisco de bens. Como assim?

Sem amigos importantes nem dinheiro no banco, como seus pares do agro que sempre arrumam um “refis” no Congresso, esse segmento do empresariado é dos mais radicalizados. As razões falam por si.

São milhões, empregam outros tanto, e não acham graça alguma nas tretas da esquerda cirandeira. Espantoso é a oposição ignorá-los.

## Cada macaco no seu galho

Alguns sinais sobre o que virá depois das eleições já começam a aparecer. Na cúpula do PT, alguns se convencem de que não dá mais para empurrar o déficit orçamentário sem fim nem fazer de medidas sociais os meios únicos de alavancar seus votos. Querem ideias.

Na direita, falta visão, além de indultar Jair Bolsonaro. Confiam nos programas a la Milei, como se Brasil tivesse semelhança com a Argentina insolvente e moeda podre. E o centro? Falta-lhe coragem de se assumir como real representante da maioria da sociedade. E falar para além da esquerda, que é menos importante do que parece, e ignorar os bolsonaros, tão rejeitados quanto o outro lado.

Pelo que se escuta dos líderes dessas correntes, porém, vão todos dar ouvidos a fiscalistas e prometer corte de gastos, uns, e mais impostos e menos desonerações (vulgo gastos tributários), outros.

Isso quando, segundo Fernando Montero, a carga total de impostos e contribuições previdenciárias atingiu até fevereiro 22,81% do PIB, mais que o pico de 22,01% de 2022, mas com um detalhe nada sutil: antes, havia superávit; hoje, há déficit recorrente.

“Nos últimos seis anos, a arrecadação tributária federal real avançou 34,8% ou R\$ 769,8 bilhões (a preços de fevereiro)”, diz Montero. Nem assim o governo zerou as contas como havia prometido.

Num país em que o estamento do judiciário vem tomando espaço que foi dos militares, mandando às favas a opinião pública e os outros dois poderes constitucionais, dificilmente os eleitos terão legitimidade para se impor aos “novos subversivos” se lhes faltar o que empolga o eleitorado para governar com cada “macaco no seu galho”. E isso serve a todo o arco ideológico, aos incumbentes e desafiantes, aos caciques de partidos e seus eleitos. Esperamos...

# ADEMI

Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal

Informativo do mercado imobiliário



Brasília-DF, 29/03/2026

## Mercado imobiliário mantém diálogo com GDF a favor da legalidade e moradia digna

Os programas habitacionais de interesse social do Governo Distrito Federal têm despertado, cada vez mais, o interesse de empresários do mercado imobiliário. O setor já reconhece o segmento econômico como estratégico para o negócio e a Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI DF) está atenta a esse cenário.

Na avaliação da entidade, o diálogo é fundamental para que o setor possa contribuir com as políticas públicas a favor da moradia digna no DF e o governo cumpra suas metas. Da mesma forma, é importante que os órgãos competentes ampliem o horizonte, ofertando empreendimentos mais robustos para que novas empresas sejam contempladas.

Dados do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPE-DF) mostram que o déficit habitacional no DF já ultrapassa

100 mil domicílios, o que representa cerca de 10% da população. Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sinaliza que mais de 30% dos imóveis no DF são alugados, a maior taxa do país.

Diante da alta demanda por moradia no DF, o mercado imobiliário tem se mostrado forte e promissor. O setor defende a oferta de imóveis regulares como alternativa segura para inibir a grilagem e a ocupação ilegal de terras, um problema histórico no DF.

Juntos, setor produtivo e governo podem construir novas formas de fomento às políticas públicas habitacionais, permitindo ao cidadão a realização do sonho da casa própria e fortalecendo o mercado imobiliário local. Essa é uma parceria valiosa que traz resultados positivos não só para a economia, mas para a qualidade de vida de toda a população.